

Ata

PLENÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARACATU E URUCUIA.

Ata da 6ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 13 de Agosto de 2025. No dia 13 de Agosto de 2025 às 09h00min reuniram-se presencialmente no Auditório da Prefeitura de Bonfinópolis de Minas - MG os seguintes conselheiros titulares e suplentes do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia - **Representantes do Poder Público Estadual:** Patrícia Carvalho Barbosa (IGAM) Titular, Samuel Passos Ribeiro Rodrigues e Silva (DER/MG) Suplente, Wilson Pereira Barbosa Filho (SEMAD) Suplente, José de Paula Martins Instituto Estadual de Florestas (IEF) Titular, Gevair Campos (IMA) Titular, Loiane Mayra Jaco de Souza (IMA) Suplente, José Felicíssimo Carneiro Neto (EMATER/MG) Suplente, **Representantes Poder Público Municipal:** Neurivan Pereira Farias (Município de Formoso) Titular, Roberto Kennedy Santos (Município de João Pinheiro) Titular, José Eustaquio Oliveira Neto (Município de Riachinho) Titular, Francisco Pinto da Silva (Município de Arinos) Titular, José Alberto de Oliveira Pena (Município de São Romão) Suplente, Thiago Bezerra Borba (Município de Bonfinópolis de Minas) Titular. **Representantes de Usuários:** Thaís Nascimento Ferreira (IRRIGANOR) Titular, Marília Cristina Alves de Almeida (CAPUL) Suplente, Rowena Betina Petroll (COOPERTINGA) Suplente, Joice Luiza Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiros) Titular, Wandir Monteiro Silveira (Sindicato dos Produtores Rurais de Arinos) Titular, Natália Gonçalves Mendes (Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) Titular, Marcelo Valadares Noronha Braga (Sindicato Rural de João Pinheiro) Titular, Dálisson de Oliveira Souza (BEVAP) Suplente. **Representantes da Sociedade Civil:** Denis Leocadio Teixeira (UFVJM) Titular, Êsio Mendes do Nascimento (Cáritas Diocesana de Paracatu) Titular, José Américo Carniel (AAMA) Titular, Tobias Tiago Pinto Vieira (MOVER) Titular, Adriana de Oliveira Rocha (Ag. Desenv de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia) Suplente. **Convidados:** Wagner Alexandre (DEMETER), Rubia Mansur (Agência peixe vivo), Jaqueline Fonseca (Agência peixe vivo), Mariany Silva (Pref. Formoso MG), José Pedro Lúcio, Pedro Valadares, Alda Valadares, Neila Santos Pereira. **Assuntos em Pauta:** **01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO CBH S78 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA:** Tobias Vieira (MOVER) A reunião teve início com a fala do presidente, que saudou e agradeceu a presença de todos. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM – THAIS NASCIMENTO FERREIRA:** Thais Nascimento (IRRIGANOR) realizou a verificação de quórum com confirmação de 25 presentes e 23 conselheiros com direito a voto. Após constatar o quórum necessário, foi dado início à pauta. **03) APROVAÇÃO DA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 03/06/2025 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA:** Tobias Vieira (MOVER) informou que a ata havia sido enviada aos conselheiros. Sem alterações, colocou em votação. Ata aprovada por unanimidade dos votos. **04) INFORME DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS - THAIS NASCIMENTO;** Thais Nascimento (IRRIGANOR) fez a leitura das correspondências recebidas e enviadas. Citou a correspondência da Gerência de Apoio aos Comitês, formalizando a substituição do representante do município de Riachinho, a participação no Fórum Mineiro com reunião realizada nos dias 10 e 11 de julho, em Paracatu. O evento contou com a presença de membros do comitê, e a pauta foi previamente enviada por e-mail. Sobre a assinatura do Contrato de Gestão com a Agência Peixe Vivo que ocorreu em Belo Horizonte e o comitê também participou. Falou sobre a contratação da Deméter Engenharia, a celebração de contrato com a empresa Deméter Engenharia, vencedora do edital nº 4/2024, para prestar serviços de consultoria. O objetivo é elaborar propostas de enquadramento dos corpos de água superficiais e conceber um programa de monitoramento de águas subterrâneas em várias bacias hidrográficas, incluindo as de Paracatu e Urucuia. O projeto terá 19 meses de duração, com produtos entregues em etapas: plano de trabalho, diagnósticos, prognósticos, propostas de metas de enquadramento, programa de efetivação e relatório final. Representantes da empresa participarão da reunião para apresentar detalhes. Formalização de Grupo de Trabalho (GT) do Pacto, sendo convocada uma reunião no dia 24 de junho para formalizar o GT do Pacto entre Comitês Mineiros. A Diretoria do comitê foi convidada a uma capacitação sobre o Contrato de Gestão, realizada no dia 12/08, abordando detalhes do contrato e suas implicações para os comitês. O comitê recebeu uma correspondência sobre a reclamação nas inconsistências na cobrança de água, enviado por Marcelo Perondi. Ele relatou inconsistências nos valores declarados e cobrados das outorgas de uso da água, destacando que houve várias contestações (mais de 60), questionando se essas estão em análise. Mencionou

falhas no sistema e solicitou que se retome a funcionalidade anterior que permitia emissão direta de boletos pelos usuários. Manifestou grande preocupação com a inadimplência gerada por essa instabilidade e pediu mais segurança e clareza nas informações para os usuários. Thais reforçou que essas questões são legítimas e que já foram levadas ao Igam. Houve reunião para tratar do assunto, e o comitê irá apresentar o que já foi feito e as providências futuras. A inadimplência crescente é uma preocupação compartilhada e será discutida com mais profundidade na reunião. Foi abordada a necessidade de aprovação do Plano Orçamentário Anual (POA) e do Plano de Aplicação Plurianual (PAP), que estão sendo elaborados pela Agência Peixe Vivo. A conclusão do POA está prevista para agosto, e a do PAP para outubro. Ambos precisam ser aprovados em plenária. A próxima reunião para aprovação do POA está agendada para o dia 26 de agosto, sendo essencial para a liberação do edital de contratação de pessoal. Houve uma indicação para o Conselho do Parque Estadual de Paracatu após uma recomposição do órgão. Foram indicados Tobias como titular e o Thais como suplente, representando o comitê na gestão do parque. Outro tema importante abordado nas correspondências foi a mediação de conflito com a CGL de São Pedro. Uma das questões centrais tratadas nas correspondências foi a mediação de um conflito envolvendo a CGL do Alto São Pedro e a Associação Comunitária de Nova Lagoa Rica. A demanda surgiu após o diretor-geral do Igam, Marcelo da Fonseca, expressar preocupação sobre a atuação da CGL, especificamente com a falta de escuta da associação. O comitê, então, reuniu informações de todas as partes envolvidas, elaborou um parecer e mediou uma reunião com todos os lados. Após o encontro, foi emitido um novo parecer com orientações ao Igam e à CGL, destacando o apelo social da situação e a urgência de não cercear o direito da associação ao acesso à água para consumo humano. Documentos e pareceres foram protocolados no processo SEI da CGL, garantindo transparência. Foram enviados ofícios nº 31 e 32 ao Igam e à CGL detalhando a situação, os relatos da associação e sugestões de soluções, como a formalização da demanda pela associação junto à CGL, a possibilidade de uso emergencial da água com posterior regularização em até 90 dias, a inclusão da demanda no processo de redistribuição de vazões outorgadas, importância de reconhecer o apelo social e priorizar o uso para consumo humano, foi relatada a visita em campo à associação, onde se confirmou a condição precária de 110 famílias, reforçando a necessidade urgente de atenção. A associação também ameaçava acionar o Ministério Público caso a questão não fosse resolvida. Foram enviados ofícios tratando do contrato de enquadramento dos corpos hídricos, incluindo a indicação do CBH SF7-8 para a região 1. Houve a nomeação dos membros do comitê para o Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT). Como os membros da CCR não responderam às solicitações de indicação, todos foram incluídos automaticamente nos grupos: Membros da CCR Paracatu → GAT do SF7 e Membros da CCR Urucuia → GAT do SF8. O comitê enviou ofício ao Igam relatando dificuldades no novo sistema de cobrança. Anteriormente, bastava digitar o CPF em um link externo para gerar o boleto, e no novo sistema, é necessário acessar o ecossistema do Igam, verificar a outorga, confirmar ou contestar valores e só então emitir o boleto. Isso gerou um problema especialmente para pequenos usuários, que muitas vezes não têm mais contato com a consultoria que fez o cadastro originalmente. A expectativa é que a inadimplência aumente significativamente, podendo superar os 32% do Paracatu em 2024. O comitê sugeriu a criação de um link externo de acesso aos boletos após o período de contestação. Apesar da resistência houve prorrogação do prazo de pagamento de julho para agosto. O comitê enfatizou a importância de evitar nova inadimplência, que compromete a aplicação dos recursos arrecadados.

05) RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELIBERAR - THAÍS NASCIMENTO FERREIRA. Thais Nascimento (IRRIGANOR) fez a leitura da pauta, mas nessa reunião não haveria assuntos para deliberar. 06) APRESENTAÇÃO DO PLANO DE TRANSIÇÃO, FLUXO PARA CONSTRUÇÃO DO PAP E PRÓXIMOS PASSOS - RÚBIA MANSUR - AGÊNCIA PEIXE VIVO;

Rúbia Mansur (Agência Peixe Vivo) Rúbia, diretora geral da agência peixe vivo, faz uma breve introdução sobre ela e a agência peixe vivo. Se apresenta como Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, onde atua desde 2010, iniciando como estagiária e ascendendo até o cargo atual. Demonstrou entusiasmo ao participar do encontro e elogia o envolvimento da diretoria do comitê Paracatu-Urucuia, referindo-se a ele como um “comitê raiz” devido à forte atuação e transparência. Comenta que, em 15 anos de atuação com comitês de bacia, raramente viu um envolvimento tão expressivo, tanto na cobrança de inadimplência quanto na proatividade para projetos. Mencionou uma capacitação realizada no dia anterior, com 60 participantes de comitês afluentes. Apesar de considerar o número razoável, reforça a importância de ampliar essa participação. Destacou a assinatura recente de um contrato de gestão que permite à Agência atuar como entidade delegatária no comitê Paracatu-Urucuia, algo que não havia sido possível anteriormente por entraves burocráticos no FIHDRO. Rúbia explica que vai apresentar os instrumentos PAP (Plano de Aplicação Plurianual) e POA (Plano de Operação Anual) com mais detalhes, e reforça a importância do debate técnico prévio, pois uma vez aprovados, os ajustes se tornam difíceis. Enfatiza que nenhuma ação

pode ser executada fora do planejamento. Sobre a Agência Peixe Vivo, explicou que foi fundada em 2006 por iniciativa do comitê da Bacia do Rio das Velhas, a Agência surgiu para apoiar tecnicamente os comitês de bacia. Atua como entidade delegatária, principalmente na bacia do São Francisco e seus afluentes: Pará, Paraopeba, Velhas, Jequitai, Paracatu, Urucuia e Verde Grande. Hoje, possui cinco contratos de gestão com os governos federal e estadual. Além disso, realiza parcerias com o setor privado e o Ministério Público, destacando convênios significativos. Falando sobre os recursos do comitê, alertou para a limitação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, agravada pela inadimplência crescente e apresentou a estratégia da Agência em usar os recursos da cobrança como alavanca para captar novos investimentos, especialmente junto à Eletrobras, Ministério do Meio Ambiente e empresas privadas. A Agência Peixe Vivo é uma organização sem fins lucrativos, com assembleia geral formada por associados (usuários e sociedade civil). Possui um Conselho Fiscal e um Conselho de Administração, além de uma diretoria executiva com cinco gerências, sendo a de projetos: equipe técnica altamente qualificada, integração: apoio à secretaria dos comitês, gestão estratégica: planejamento e indicadores e a de administração e finanças: área contábil e de recursos humanos. Conta com cerca de 45 colaboradores e escritórios regionais em Maceió, Petrolina, Bom Jesus da Lapa, Pará de Minas e Betim. Anunciou a criação de uma sede regional em Paracatu, que atenderá também o Urucuia, e justificou a escolha da cidade de Paracatu devido a melhor logística (distância de 9h até a sede atual em BH), também a arrecadação robusta da bacia do Paracatu (R\$ 7,7 milhões), que viabiliza financeiramente a manutenção de uma sede, a possibilidade de descentralizar a equipe técnica e administrativa e o potencial de compartilhar a estrutura com outros comitês com menor arrecadação. Também compartilha os princípios institucionais definidos em oficinas com os funcionários. Informa que a missão, visão e valores da agência serão atualizados em breve. Destaca reconhecimento nacional, com o ministro da Casa Civil solicitando modelos de edital e termos de referência elaborados pela Agência. Explica que a Agência atua em diversos eixos, como a gestão integrada de recursos hídricos, o desenvolvimento de projetos técnicos (ex: conservação do solo, produção de água, recuperação ambiental, monitoramento, saneamento rural e urbano, PSA, estradas rurais), a educação ambiental e mobilização social, com prioridade para comunicação, a agência propõe criação de mídias como sites, revistas e podcasts para aumentar a visibilidade do comitê e integração com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Rubia explica o planejamento orçamentário anual, que envolve o custeio da entidade delegatária (Agência Peixe Vivo). O planejamento parte de uma previsão de arrecadação, e já considera uma taxa de inadimplência, estimada em 32%, o que dificulta bastante o processo. Apesar das dificuldades, o esforço é para arredondar e manter alinhamento com os comitês. Dos R\$ 7 milhões previstos, 7,5% são voltados ao custeio da Agência. O primeiro passo é a assinatura do contrato de gestão. Está em desenvolvimento a minuta do POA que envolve a folha de pagamento, benefícios, logística, contas básicas (água, luz, telefone), aluguel do escritório etc. A ideia é criar uma estrutura padronizada de custeio para todos os comitês. A Agência desenvolve um plano único e distribui proporcionalmente conforme a arrecadação de cada bacia. A aprovação do POA em plenário é a condição para dar início às ações de custeio e contratação. O PAP abrange 92,5% dos recursos, sendo voltado para projetos, obras e gestão do Comitê. O PAP também depende de aprovação após debate com os comitês e suas câmaras técnicas. Explicou que embora Paracatu e Urucuia sejam um único comitê, os recursos são separados por bacia. Por isso, serão feitas duas deliberações normativas distintas, uma para cada bacia. O processo é lento, pois, primeiro vêm os projetos básicos, depois os projetos executivos e somente após esses, vem a licitação e execução das obras. O POA é anual, em dezembro de 2025, será aprovado o POA de 2026. O PAP é plurianual, neste caso até 2027, coincidente com o fim do contrato de gestão atual. Os PIAs) detalham anualmente o PAP, ex: Se no PAP consta “saneamento rural”, no PIE vai constar “projeto em cidade X”. Mostrou o exemplo de POA do Comitê do Velhas. A intenção é padronizar estrutura, inclusive com o São Francisco, que possui arrecadação maior, sendo que apenas parte vai para a Peixe Vivo. Finalizou sua fala passando a palavra. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** inicia sua fala, se apresentando como Gerente de Projetos da Agência Peixe Vivo, com experiência desde 2015. Trabalhou diretamente no desenvolvimento e execução de projetos, com ampla vivência em todas as etapas. Trouxe um panorama do PAP, que será de 2025 a 2027. Iniciou explicando os componentes do PAP, sendo eles os programas e ações de gestão, como apoio à secretaria executiva, comunicação, atualização de instrumentos de gestão, como o Plano Diretor da Bacia, o segundo componente sendo o planejamento, com a elaboração de projetos (saneamento urbano, rural, requalificação ambiental, planos de manejo, diagnósticos etc.) e as ações estruturais, como a execução física dos projetos elaborados, como obras de saneamento e requalificação. Citou as regras fundamentais do PAP, sendo que nada pode ser contratado se não estiver previsto no PAP. Todas as ações devem ter vínculo com o Plano Diretor da Bacia, que se desatualizado, o próprio PAP deve prever sua atualização. Citou também a importância de o comitê

reforçar esse entendimento entre seus membros. Sobre os projetos explicou que a entrada de projetos se dá via edital. O corpo técnico da agência elabora o edital com os objetivos, cronograma, etapas e critérios técnicos e sociais de seleção. Além dos critérios técnicos, são considerados critérios **sociais**. Para execução dos projetos como por exemplo o aceite do proprietário rural nas intervenções. Problemas comuns que ocorrem são a resistência a plantio de mudas nativas (por ocupar áreas produtivas e a falta de engajamento do beneficiário pode inviabilizar a execução. Como exemplo explicou a metodologia detalhada e criteriosa dos editais da Peixe Vivo foi um fator determinante para que o Comitê do São Francisco fosse contemplado com recursos da Eletrobras. Isso demonstra a importância da seriedade e rigor técnico nos processos da Agência. Detalhou as etapas do processo de execução de projetos, após aprovação do edital pelo comitê, ele é publicado e aberto para inscrições, as propostas recebidas são analisadas tecnicamente e hierarquizadas segundo critérios estabelecidos, o parecer técnico final também é validado pelo comitê, reforçando o protagonismo do comitê na tomada de decisões. Só então se inicia a fase de contratação, geralmente começando pela elaboração de projetos executivos, e não diretamente obras, a não ser que o foco do edital seja esse. Explica que um termo de referência detalhado é preparado, incluindo escopo, especificações técnicas, custos baseados em tabelas de referência e o cronograma físico-financeiro. Após isso, o processo de licitação é iniciado, o qual pode levar de 3 a 5 meses, dependendo do tipo de licitação (dispensa, técnica e preço, ou pregão). Há uma preferência por não usar pregão para contratar projetos, pois já houve problemas com empresas pouco qualificadas. Ela destaca que todo o processo pode durar mais de um ano até que a execução de fato comece, e reforça a importância de seguir cada etapa com cautela para garantir bons resultados. Finalizou dizendo que os técnicos acompanham de perto as empresas contratadas. Finalizou sua apresentação e se dispôs para dúvidas. **Rúbia Mansur (Agência Peixe Vivo)** agradece e dá continuidade, abordando pontos sobre a transição da secretaria executiva. Até dezembro deste ano, o Igam continua responsável pela secretaria executiva. A partir de janeiro, a Agência Peixe Vivo assume. Há um "gap" entre a entrega do Igam e a entrada efetiva da nova equipe, que será preenchido com apoio remoto da equipe de BH. A contratação da nova equipe para Paracatu está prevista para o segundo trimestre de 2026. A seleção será feita diretamente pela Peixe Vivo (experiência anterior com empresa terceirizada via pregão não foi positiva). A transição completa da logística (viagens, transporte, lanches, etc.) está prevista para julho de 2026. Até lá, o Igam ainda será responsável por esse suporte. A Peixe Vivo já está preparando os termos de referência para contratar empresas, com o objetivo de evitar atrasos quando assumirem. Explica que esse plano está no contrato de gestão e já foi enviado ao gestor. Foram realizadas capacitações (inclusive no dia anterior), e estão sendo finalizados os POA's e PAP's. Também está sendo feito um levantamento dos equipamentos que o Igam deixará para decidir o que será mantido ou substituído. Explicou que está previsto em contrato, um grupo composto por representantes de todos os comitês para acompanhar execuções e fiscalizar. A proposta é formar um único grupo para todos os sete comitês, para evitar pulverização e facilitar o acompanhamento. Finalizou sua apresentação se dispondo a perguntas. **Rowena Betina (COOPERTINGA)** pergunta se os projetos se baseiam em estudos prévios da bacia, como zoneamento produtivo e ZAP. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** explica que sim, os estudos partem de previsões inseridas no PAP. Antes de qualquer ação, são verificados os diagnósticos, inclusive aqueles já existentes como o ZAP, se houver. A base técnica sempre é considerada. **Wilson Pereira (SEMAD)** parabeniza a integração da Agência Peixe Vivo com o Comitê do Paracatu. Relata já ter trabalhado com a agência no plano de bacia do Jequitinhonha e acredita que trará uma organização mais permanente ao comitê. Solicita que o material apresentado seja disponibilizado. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** confirma que todo o material será enviado para os participantes. Desejam uma boa reunião e se colocam à disposição para próximos encontros. Sem mais perguntas **Tobias Vieira (MOVER)** agradeceu a participação. Passou ao próximo ponto de pauta. **07) ENQUADRAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA DO SF7 E SF8 E MOMENTO DE ESCUTA SOBRE OS PONTOS DE ATENÇÃO PARA A VISITA DE RECONHECIMENTO DAS BACIAS - DEMÉTER ENGENHARIA;** **Wagner Alexandre (Demeter Engenharia)** apresenta inicialmente o projeto de atualização do enquadramento dos corpos d'água e a proposta de monitoramento de águas subterrâneas. Explica que o contrato está no primeiro mês de vigência e foi firmado com a Peixe Vivo, que abrange as bacias Pandeiros, Pará, Mangai, Cariani, Urucuia, Paracatu e Alto Preto, e o trabalho envolve as propostas de enquadramento de corpos d'água superficiais e as propostas conceitual de monitoramento das águas subterrâneas. Sobre a empresa, citou que a Demeter é especializada em planejamentos ambientais, saneamento e gestão hídrica e tem sede em Campo Grande/MS e atuação nacional. Explicou que o enquadramento é instrumento previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos, que visa assegurar qualidade da água compatível com os usos desejados. É uma forma de planejar ações para reduzir custos com combate à poluição. Objetivos específicos do contrato são as águas superficiais, com diagnóstico da

qualidade atual, projeção de melhorias e definição de metas progressivas e classes futuras e as águas subterrâneas, como criar base conceitual para um programa de monitoramento e prover informações preliminares para futuras gestões e possíveis enquadramentos. As áreas de estudo **são** divididas em Região 1 (Paracatu, Urucuia e afluentes goianos) e Região 2 (SF9). Envolve cerca de 25 municípios, sendo que 22 têm sede na bacia. Explicou o cronograma do projeto, sendo primeiramente o plano de trabalho (em andamento, já enviado para o GAT), o diagnóstico (separado por região), o prognóstico (visão futura e alternativas de enquadramento), a proposta de metas intermediárias e progressivas, o programa de efetivação do enquadramento e a proposta conceitual do programa de águas subterrâneas. Estão previstas oficinas, reuniões e visitas técnicas para colher contribuições locais e o estabelecimento de rota para percorrer regiões estratégicas da bacia. Informou que já foram realizados 190 pontos de visita com o objetivo de avaliar cursos hídricos, usos da terra e outros elementos por meio de levantamento fotográfico e fichas de reconhecimento, além de voo com drones para verificação de uso (sem finalidade cartográfica). Explicou que o trabalho contará com quatro pessoas da empresa e que está sendo acordada a participação do Igam e possivelmente do IEF, dado o conhecimento técnico desses órgãos sobre a região. A logística prevê dois veículos em campo. Em seguida, apresentou as **rotas** planejadas com o uso de mapas coloridos para diferenciar os dias de trabalho, cobrindo diversos municípios, com previsão de 18 dias de campo. Mencionou a flexibilidade para visitas adicionais com base em sugestões de moradores ou representantes locais. A rota inicial parte de Goiânia (25/11) em direção a Paracatu, passando por diversas cidades mineiras como Vazante, Lagoa Grande, João Pinheiro, Natalândia, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Formoso, entre outras, com deslocamentos diários. Solicitou contribuições dos participantes sobre pontos de interesse ou locais críticos para qualidade e quantidade de água. **Rowena Betina (COOPERTINGA)** destacou a situação crítica do Córrego Rico, em Paracatu, onde as outorgas foram suspensas em 2021 devido ao nível elevado de arsênio, agravado por garimpos ilegais. Ela sugeriu uma revisão da classe do rio, mencionando os impactos sobre produtores rurais. Rowena se identificou como ex-presidente e atual vice-presidente da Irriganor. **Wagner Alexandre (Demeter Engenharia)** confirmou que o Córrego Rico está no plano de visita e explicou que a expedição de campo antecede o diagnóstico, sendo essencial para definir pontos de coleta de água e medição de vazão (15 pontos previstos na região 1), além da análise de dados secundários do IGAM. Ressaltou a importância de observar lançamentos pontuais e mineração. **Denis Teixeira (UFVJM)** expressou preocupação com o número limitado de pontos de amostragem, mencionando o caso do Ribeirão Canabrava, que sofreu morte de peixes e pode não estar contemplado na amostragem, questionou como incluir locais assim. **Wagner Alexandre (Demeter Engenharia)** explicou que os 15 pontos são exigência contratual e serão validados em diálogo com os participantes. Solicitou colaboração do professor para incluir pontos críticos, principalmente em cursos hídricos de menor porte e perto de cidades com potencial poluidor. Prometeu enviar um arquivo do Google Earth com sugestões de pontos para contribuições. **Marcelo Valadares (Sindicato João Pinheiro)**, questionou se haverá reclassificação ou apenas ajustes no enquadramento anterior feito pelo Igam, criticando o cronograma aparentemente apertado. **Alexandre (Demeter Engenharia)** respondeu que o cronograma atual é apenas da fase inicial de levantamento, e que o contrato possui 17 meses de execução. O trabalho visa reavaliar os enquadramentos anteriores, com base em novos dados, definindo metas progressivas e cronograma de ações, com consultas públicas e oficinas previstas ao longo do projeto, com horizonte de 10 a 20 anos de planejamento e revisões periódicas. Ao final da apresentação, reforçou a necessidade de contribuições e sugestões dos participantes e apresentou o cronograma preliminar, destacando entregas mensais de produtos técnicos e realização de oficinas em outubro (diagnóstico), janeiro (prognóstico), abril, julho e agosto de 2026 (águas subterrâneas), encerrando o projeto em setembro de 2026. Sem mais participações **Tobias Vieira (MOVER)** agradeceu ao Wagner e reforçou que os participantes podem enviar sugestões posteriormente. Recomendou que todos fotografassem os contatos da equipe técnica e lembrou que o comitê está disponível para apoio, citando a existência das instâncias consultivas CCR Paracatu e CCR Urucuia para encaminhamentos regionais. **08) DIFICULDADES NO SISTEMA DE DECLARAÇÕES E COBRANÇAS DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA: CONTESTAÇÃO DE VALORES, PRAZOS E PROPOSTAS PARA REGULARIZAÇÃO - THAÍS NASCIMENTO; Thais Nascimento (IRRIGANOR)** introduziu o próximo item da pauta dificuldades no sistema de declaração e cobrança pelo uso da água, relatando preocupações do setor de usuários. Destacou o risco de aumento da inadimplência por problemas no sistema, como o acesso difícil ao ecossistema, os erros nos valores calculados (multiplicações incorretas), as falhas em portarias de outorga coletiva e a ausência de transparência na utilização de créditos gerados por pagamentos indevidos. Thais afirmou que muitos usuários não se sentem seguros para pagar valores incorretos e depois aguardar compensação futura. Relatou que, embora o órgão esteja respondendo com

rapidez a alguns e-mails, ainda persistem problemas sem solução. **Tobias Vieira (MOVER)** complementou, informando que o comitê já enviou ofício ao Igam, realizou diversas reuniões com a diretoria responsável pela cobrança e tem encaminhado os problemas recebidos dos usuários. Explicou três grandes falhas, sendo o sistema de acesso com falhas técnicas, a não integração entre bancos de dados de outorga e cobrança e os erros de cálculo, como cobranças duplicadas e valores exorbitantes. Citou exemplo de cobrança de R\$ 2 milhões ao invés de R\$ 2 mil. O comitê está atuando como intermediário, repassando as demandas ao Igam e cobrando soluções, mesmo sem poder resolutivo direto. **Alda Valadares (Associação Caatinga)** reiterou os problemas enfrentados por usuários rurais, especialmente com o novo acesso via Ecosystema, destacando a dificuldade de manuseio por parte de produtores menos familiarizados com tecnologia. Comparou com o ano anterior, dizendo que o processo era mais acessível. **Tobias Vieira (MOVER)** informa que, segundo orientação da Advocacia Geral do Estado, quando o usuário interage com o sistema e confirma o valor da cobrança, isso valida juridicamente a cobrança e possíveis punições por inadimplência. No entanto, levanta um ponto importante: se o usuário não conseguiu acessar o sistema, como poderá ser punido por não pagar? É necessário aguardar uma resposta oficial sobre a legalidade disso, pois há um conflito entre o desejo técnico de cobrança e a orientação jurídica. A solicitação sobre permitir acesso externo ao sistema foi feita por várias entidades e será compartilhada com o comitê assim que houver resposta. **Marcelo Valadares (Sindicato João Pinheiro)** afirma ser um “dinossauro” na questão de outorga, ressaltando sua experiência. Elogia o Igam pelos avanços recentes, especialmente pela implementação da outorga geral, o que amplia o acesso. No entanto, critica fortemente a atual gestão da cobrança, dizendo que em 2024 a situação piorou em relação ao ano anterior, com mais dificuldades e erros no sistema. Lamenta que a responsabilidade acabe recaindo sobre o produtor rural, que já enfrenta dificuldades econômicas e agora precisa contratar consultoria apenas para conseguir pagar a cobrança, o que gera um custo desnecessário. Pede que o Igam prepare melhor o sistema com antecedência para evitar esses problemas futuros. Finaliza dizendo que pagar já é ruim, e pagar com dificuldade, pior ainda. **Marília Cristina (CAPUL)** Ela traz uma dúvida sobre o simulador de cobrança. Ao verificar os dados no sistema, percebeu que aparece a versão 21 de 2025 na planilha, e queria confirmar se isso já refletia os valores atualizados. Ela relata que ao simular valores, houve uma diferença de cerca de 5% em relação ao ano anterior. **Tobias Vieira (MOVER)** Confirma que houve realmente uma atualização no valor de cobrança, com o índice passando de 0,0038 para 0,0042, conforme previsto em decreto. Isso explica a diferença notada por Marília. Reconhece os problemas levantados por Marcelo e afirma que o Igam está fazendo um esforço significativo para resolver as falhas, mas destaca que tudo depende do banco de dados e da empresa responsável pelo sistema. Mostra empatia tanto com os usuários quanto com o órgão ambiental. Ressalta que esse é o primeiro ano do novo sistema e que, conforme os dados forem sendo atualizados, o processo deve se tornar mais automatizado. Acredita que uma solução melhor será encontrada. **Francisco Pinto (Município de Arinos)** reforça que já era esperado que a cobrança enfrentasse desafios. Sugere uma força-tarefa entre o comitê, Igam e a agência para buscar soluções. Ressalta que a inadimplência não é por má vontade dos usuários, mas pela dificuldade de acesso aos boletos. A atual situação pode prejudicar o funcionamento da agência e execução de projetos. Destaca que a crítica é construtiva, e o objetivo é encontrar um caminho viável, com uso de mecanismos similares aos das empresas privadas para facilitar o pagamento. Reforça a importância de evolução do sistema para garantir a efetiva aplicação dos recursos arrecadados. **Tobias Vieira (MOVER)** concorda com Francisco, agradece e afirma que assim que houver resposta do Igam, ela será repassada ao grupo. Se não houver retorno, o comitê cobrará novamente e finaliza o ponto de pauta. **09) RELATO DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM MINEIRO DE COMITÊS EM PARACATU- MG - TOBIAS VIEIRA;** **Tobias Vieira (MOVER)** informou sobre a reunião do Fórum Mineiro realizada em Paracatu, nos dias 10 e 11 de julho. Houve visitas técnicas e a participação de representantes de diversos comitês de todo o estado. Na parte da manhã, visitaram um grande empreendimento com as maiores barragens de irrigação da região, que antes era área de conflito. Após a construção das barragens e implantação de telemetria, os conflitos cessaram e hoje a área é produtiva e pacífica. O produtor anfitrião participou da reunião, falou da experiência com o Igam, dos investimentos realizados, e apresentou uma reclamação importante: ele considera injusto pagar o mesmo valor de cobrança por uso da água que alguém que capta diretamente do rio, sem qualquer investimento em infraestrutura. Ele defende que deveria haver uma diferenciação nesse tipo de cobrança, o que gerou reflexão entre os participantes. Relatou a visita à empresa Kinross, incluindo almoço na sede, visitas às estruturas da empresa, às minas e barragens, tanto em construção quanto em descomissionamento. A visita foi considerada proveitosa, pois muitos participantes não conheciam o local. No dia seguinte, aconteceu uma reunião estática na sede da empresa AMNOR, com diversas apresentações, como da Irriganor sobre barragens de irrigação e piscinões, realidades específicas do Noroeste de Minas, os benefícios do monitoramento da governança. O

Igam apresentou processos de outorga de grande porte e mediação de conflitos e a Kinross apresentou sobre segurança de barragens visitadas no dia anterior. Foi apresentada a foto da visita à propriedade de Joaquim Santiago, onde se explicou o projeto Entre Ribeiros, modelo de gestão hídrica local. **10) ENCOB - ENCONTRO NACIONAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS - TOBIAS VIEIRA;** **Tobias Vieira (MOVER)** anunciou o Encontro Nacional de Comitês de Bacias (ENCOB) que ocorrerá de 8 a 13 de setembro em Vitória, e convidou todos a participarem. O evento é gratuito e contará com painéis, grupos de trabalho e debates. Haverá também eleição para a nova diretoria do Fórum Nacional de Comitês, e as chapas já estão sendo avaliadas pelos representantes. **11) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Nos assuntos gerais, **Tobias Vieira (MOVER)** abre a palavra aos conselheiros. **Marcel Valadares (Sindicato João Pinheiro)** expressa **discordância** sobre a ideia de áreas de conflito pagarem mais pela água, argumentando que esses usuários já têm custos mais altos devido à obrigatoriedade de monitorar vazão residual. Cita o exemplo da bacia do Rio da Caatinga, que tem perfis socioeconômicos variados, incluindo pequenos produtores, tornando injusta uma cobrança adicional. **Tobias Vieira (MOVER)** responde que a única forma legal de correção seria aumentar os valores das demais zonas, já que o decreto vigente proíbe redução de valores previamente estabelecidos. **Joice Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiros)** levanta um ponto importante sobre o decreto estadual nº 48.072/2025, que vincula a declaração de utilidade pública de barramentos e projetos de irrigação à prévia elaboração do ZAP por sub-bacia hidrográfica. Ela alerta que o comitê deve se preparar para avaliar os ZAPs, pois haverá uma demanda crescente. Muitos estudos já foram elaborados (por exemplo, Almas, Santa Isabel e Córrego Rico), e o Entre Ribeiros está em fase de análise. Propõe que o comitê organize apresentações para prestação de contas e envolvimento da sociedade. Há uma confusão sobre se o comitê de bacia aprova ou apenas participa da elaboração dos ZAPs. Joice lê o texto legal, esclarecendo que o comitê participa, mas não aprova. A apresentação à sociedade civil é obrigatória, e isso já ocorreu, ainda que sem envolvimento formal do comitê à época. **Tobias Vieira (MOVER)** sugere que se converse com o Igam para entender melhor o papel do comitê diante do novo decreto. **José de Paula (IEF)**, manifesta satisfação em retornar à região onde iniciou sua carreira. Ressalta que o IEF está disponível para contribuir com ações do comitê, como a recomposição de matas ciliares, usando os quatro viveiros disponíveis na região. Destaca também o Negócio Verde como uma iniciativa complementar. **Roberto Kennedy (Município de João Pinheiro)** coloca o município à disposição para sediar uma reunião presencial futura do comitê. **Tobias Vieira (MOVER)** faz um balanço dos trabalhos da diretoria nos últimos meses, destacando o esforço para viabilizar ações mesmo diante de entraves burocráticos (como o contrato de gestão com a Peixe Vivo). Enfatiza o bom relacionamento com o Igam e a importância da transparência e resposta rápida às demandas. Anuncia a intenção de trazer para Paracatu um seminário sobre Outorga Sazonal, com a participação da equipe técnica do Igam, para esclarecer dúvidas dos usuários e consultorias sobre o novo processo, ainda não publicado. **Francisco Pinto (Prefeitura de Arinos)** convida todos para a **32ª Expoagro Arinos(2025)**, evento com atrações musicais, encontros da agricultura familiar, palestras e visitas técnicas. O evento acontece entre quinta-feira e domingo. **12) ENCERRAMENTO:** Ao final, foram feitos agradecimentos a todos os participantes, **Tobias Vieira (MOVER)** encerrou a plenária agradecendo a participação de todos e destacando a importância da atuação colaborativa do comitê. APROVAÇÃO DA ATA.



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Tiago Pinto Vieira, Presidente(a)**, em 10/10/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **119940456** e o código CRC **7CB9A7E3**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000092/2025-43

SEI nº 119940456